DESAFIOS E REFLEXÕES SOBRE A INTERAÇÃO ENTRE O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO, A ARBORIZAÇÃO E A ACESSIBILIDADE EM ÁREAS CENTRAIS: A APAC-CRUZ VERMELHA - RIO DE JANEIRO

CHALLENGES AND REFLECTIONS ON THE INTERACTION BETWEEN ARCHITECTURAL HERITAGE, AFFORESTATION, AND ACCESSIBILITY IN DOWNTOWN AREAS: APAC-CRUZ VERMELHA - RIO DE JANEIRO

Agnes da Silva Carvalho [1]; Virgínia Maria Nogueira de Vasconcellos [2].

[1]Graduanda em Paisagismo, bolsista FAPERJ |agnesvazlobo@gmail.com |UFRJ| Rio de Janeiro, Brasil;
[2]Prof. Dr. Programa de Pós-Graduação em Projeto e Patrimônio | virginia.vasconcellos@fau.ufrj.br | UFRJ | Rio de Janeiro, Brasil.

Resumo:
Este artigo apresenta uma análise do patrimônio arquitetônico, sua relação com entorno, demandas e desafios de acessibilidade/arborização, na Área de Proteção do Ambiente Cultural da Cidade do Rio de Janeiro – APAC – Cruz Vermelha. O trabalho foi realizado na Rua do Lavradio (lado par), entre as ruas da Relação e Visconde do Rio Branco e entre as ruas do Senado e Visconde do Rio Branco (lado ímpar). Seu objetivo é apresentar e discutir os desafios do patrimônio arquitetônico e seu entorno. Foi necessário levantar e analisar o conjunto arquitetônico, verificando como interage, se relaciona e compartilha suas necessidades físico-espaciais e paisagísticas com os espaços livres públicos. A pesquisa, documental e qualitativa (participativa), foi desenvolvida com base em leituras iniciais, que embasaram os conceitos abordados, levantamentos bibliográficos, seleção da área de estudo e visitas programadas para: medições, registros fotográficos, anotações em plantas e tabelas pré-confeccionadas, além da produção de desenhos e mapas síntese. Como resultados iniciais, a pesquisa identificou e mapeou os usos e a ocupação da área, seu estado de conservação, implantação, gabarito, *skyline* dos edifícios e sua relação com a arborização e a acessibilidade urbanas, para entender as mudanças ocorridas, visando a novas práticas e à sustentabilidade efetiva do local.

Palavras-chave:
Patrimônio Cultural; Acessibilidade; Conforto Ambiental; Arborização Urbana; Espaços Livres.

Abstract:
This article presents an analysis of the cultural heritage, its relationship with the surroundings, accessibility/forestation demands, and challenges in the Cultural Environment Protection Area of the City of Rio de Janeiro – APAC – Cruz Vermelha. The work was carried out on Lavradio Street (even-numbered side), between Relação and Visconde do Rio Branco Streets, and between Senado and Visconde do Rio Branco Streets (odd-numbered side). Its main objective is to discuss the challenges of this architectural heritage and its surroundings. It was necessary to survey and analyze the architectural complex, examining how it interacts, relates to, and shares its physical-spatial and landscape needs with public open spaces. The research, both documentary and qualitative (participatory), was developed from initial readings that supported the concepts adressed, bibliographic surveys, selection of the study area, and scheduled visits for origins, photographic records, notes on plans, and pre-made tables, in addition to the production of drawings and historical maps. As initial results, the research agreed and mapped the uses and occupation of the area, its state of conservation, implementation, height, skyline of buildings, and their relationship with urban afforestation and accessibility to understand the changes that have occurred, changes in new practices and the effective sustainability of the location.

Keywords:
Cultural Heritage; Accessibility; Environmental Comfort; Urban Tree Planting; Open Spaces.

1. INTRODUÇÃO

Os temas aglutinadores desta pesquisa são o projeto; a arborização urbana (vegetação, como elemento da forma urbana e como patrimônio ambiental e paisagístico) e sua evolução na cidade, como patrimônio cultural ligado ao projeto, ao ambiente construído e à memória da população.

O objetivo principal do artigo é apresentar e refletir sobre os desafios deste patrimônio arquitetônico e ambiental visando ao projeto e à sustentabilidade efetiva das áreas centrais das cidades. Assim, traz um levantamento das edificações históricas e os espaços livres públicos (calçadas e vias) que interagem na APAC Cruz Vermelha. Observa, ainda, como estes elementos se relacionam e compartilham suas necessidades físico-espaciais e paisagísticas. O espaço conhecido como Área de Proteção Ambiental da Cruz Vermelha e Adjacências guarda muito da paisagem característica do início do século XX, marcadamente dominada por seus sobrados ecléticos, calçadas e ruas estreitas. O trecho analisado corresponde à Rua do Lavradio (lado par), entre as ruas da Relação e Visconde do Rio Branco e entre as ruas do Senado e Visconde do Rio Branco (lado ímpar), por ser um exemplo relevante em história e transformação urbana. Com o levantamento histórico da rua, buscou-se compreender o contexto em que os edifícios foram construídos e como as alterações foram ocorrendo no local. Os espaços livres e construídos do trecho da rua estudada foram analisados a partir de levantamentos bibliográficos e de campo (visitas e registros fotográficos, observações diretas), resultando em mapeamentos, elaboração de desenhos, croquis, tabelas, gráficos e textos ilustrativos.

O trabalho serve como piloto para novas áreas visando à recuperação desses espaços, que vem sendo deteriorados pelas mudanças de uso do solo que ocorreram nas áreas centrais das cidades, pelo tempo (cronológico e climático), pela falta de manutenção/conservação do patrimônio e pelas novas demandas da sociedade, entre outros.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. PATRIMÔNIO

O conceito de Patrimônio Histórico no Brasil começa a se consolidar entre as décadas de 1920 e 1930. Durante o Estado Novo, em 1937, o Decreto-Lei nº 25 estabelece os primeiros preceitos para a preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Essa legislação define normas para o tombamento, mas, inicialmente, limita-se a reconhecer como patrimônio apenas bens de natureza material. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, alguns critérios sobre o patrimônio foram alterados. Passou-se a considerar como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza tanto material, como imaterial, tombados em conjuntou ou individualmente, sendo um canal de referências à identidade, à nação e também à memória dos variados grupos que formam a sociedade brasileira. (Brasil, 2025).

A criação das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural - APACs, na Cidade do Rio de Janeiro, teve início com o Projeto Corredor Cultural, em 1979, transformado em legislação municipal pelo Decreto 4.141 de 1983, e pela Lei 506/84 e reformulado, posteriormente, pela Lei no 1.139/87. O projeto propunha a proteção das características arquitetônicas de fachadas, volumetrias, formas de cobertura e prismas de claraboias de imóveis localizados na Área Central de Negócios, que não haviam sido alvo da ação renovadora do ambiente urbano, que atingira o local nas décadas de 1950 a 1970 do século XX (APAC, 2008). A legislação da APAC também pode estabelecer outros parâmetros urbanos, por exemplo, os gabaritos das áreas, o tipo de atividade, o uso adequado e as condições de parcelamento do solo. Assim, criam-se as condições necessárias para que a cidade possa garantir sua memória urbana, preservando sua imagem cultural e, ao mesmo tempo, fomentando a adaptação da cidade à contemporaneidade.

A Rua do Lavradio exerceu um importante papel na área política e social da Cidade, pois nela, localizavam-se elegantes casarões, que pertenciam a representantes importantes da administração pública. É importante observar como o perfil da rua vem se transformando ao longo do tempo. Em

1771, a rua foi aberta e era eminentemente residencial. Porém em 1808, com a chegada da Corte Portuguesa, se deu a primeira mudança de uso na região, quando os primeiros comerciantes, prioritariamente, franceses, se estabeleceram nesta área. Esta ocupação acarretou novas transformações de uso, passando a abrigar atividades como farmácias, armazéns e pequenas manufaturas (Angotti, 2013).

Ao longo dos anos, as áreas centrais urbanas passaram por um processo de esvaziamento e, com a falta de manutenção, os imóveis começaram a sofrer problemas de infiltrações, abandono, invasões de moradores e degradação das fachadas, contribuindo para a desvalorização imobiliária. Em 1868, a implantação do sistema de bondes trouxe um impulso ao transporte e à mobilidade urbana. E, com a abertura de alguns teatros, por volta 1890, tornou-se um *point* cultural da Cidade; por volta de 1916, a rua começou a passar por um período de declínio marcante. Com a criação do Corredor Cultural em 1984, iniciou-se a revitalização da Rua do Lavradio, porém, sua consolidação de volta ao cenário cultural, se deu com a Feira do Rio Antigo, em 1996 (Angotti, 2013). Em 2000, o Projeto Rio Cidade reforçou esse processo. Finalmente, em 2021, a Rua do Lavradio foi reconhecida como Patrimônio Imaterial do Estado do Rio de Janeiro, destacando sua importância histórica (Rio de Janeiro, 2021).

Cabe destacar que, desde o primeiro sábado de outubro de 1996, ocorre a Feira de Antiguidades no trecho analisado. Os comerciantes que faziam parte da Associação dos Comerciantes do Centro do Rio Antigo (Accra) foram os que deram início ao evento. Com o intuito de valorizar a área, os imóveis receberam novas pinturas em suas fachadas frontais. A relevância que aos poucos ia sendo adquirida fez com que a rua passasse a ser conhecida como uma nova freguesia da Cidade. Embora as Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACs) desempenhem um papel crucial na preservação do patrimônio, é possível observar, de forma contraditória, processos de deterioração, descaracterização e degradação das edificações e dos espaços livres públicos dentro de seus limites.

2.2. ARBORIZAÇÃO

A Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) afirmou, no ano de 2022, que todas as pessoas possuem o direito a um meio ambiente saudável (ONU, 2022). Com o processo acelerado de urbanização, acompanhado à redução da cobertura vegetal, redução do albedo e maior adensamento de áreas construídas, a urbanização urbana é uma forma de mitigar os prejuízos ecológicos e ao conforto de quem habita centros urbanos se tornaram essenciais (Oliveira, Calixter, 2021; Júnior, Brandão, 2015; Justi e al., 2019).

A árvore desempenha uma série de funções essenciais no dia a dia das cidades e de seus habitantes. A redução da vegetação e a substituição das áreas permeáveis por pisos impermeáveis aumentam os problemas decorrentes da drenagem e não permitem a absorção da radiação solar que aumenta a temperatura do ar e, por conseguinte, do conforto térmico ambiental. As árvores urbanas são importantes para a população, pois proporcionam sombra e ar fresco, bem-estar físico e mental, a valorização do imóvel; também contribui para a interceptação da água pluvial e para a mitigação dos impactos causados pelas mudanças climáticas, por seu papel na absorção e armazenamento do carbono atmosférico. Além da arborização possuir um grande potencial mitigador de desconforto higrotérmico, elas auxiliam, também, na preservação da diversidade da fauna, na criação de sentimento de pertencimento da população e na redução da poluição sonora, visual e do ar (Schwaab et al., 2021; Irmak et al., 2018; Hesslerová et al., 2022).

A vegetação traz uma sensação de um ambiente harmonioso entre o natural e o construído, num contraste de cheios e vazios, de altos e baixos. Partindo dessa ideia, tanto as árvores, como os arbustos e as forrações apresentam características distintas de uso, porém apresentam-se de forma semelhante no controle bioclimático dos espaços. Conforme Vasconcellos (2020),

> ...a árvore como principal representante da vegetação, por seu porte e forma, e por se constituir um elemento do desenho da cidade, identifica, organiza e trata os espaços, reaproximando o homem do ambiente natural e desempenhando uma série de funções no cotidiano da cidade (Vasconcellos, 2020).

A arborização contribui para amenizar o clima e os efeitos nocivos provocados por meio da urbanização, pois se tratando da proteção contra a radiação solar em cidades de clima tropical, quente e úmido, é imprescindível buscar o sombreamento por árvores. O estudo afirma que é recomendável que os espaços livres urbanos tenham um percentual mínimo de 50% de sua área total sombreados por árvores, distribuídos em diferentes áreas de uso, incluindo as áreas de circulação, que independam do seu uso (Vasconcellos, 2020).

2.3. ACESSIBILIDADE

As cidades devem garantir, de forma ampla, acessibilidade aos seus espaços, favorecendo o acesso físico, a mobilidade e o contato entre as pessoas. De acordo com o artigo 1º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, "Promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo", declara que pessoas com deficiência são:

> ... aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais (...). (Decreto nº 6.949, 2009)

Essas pessoas podem ter deficiências motoras, visuais, auditivas ou mentais, temporárias ou permanentes, e incluem indivíduos com condições como obesidade, problemas cardíacos, dificuldades respiratórias, gestantes, ou que estejam com carrinhos de compras ou bebês, por exemplo. Garantir a mobilidade delas no espaço urbano é essencial. (Ribeiro, 2014, p. 120).

Os critérios e parâmetros estabelecidos para o projeto, mobiliário e espaços urbanos sobre a acessibilidade urbana, estão dispostos na NBR 9050: 2020. De acordo com Lima (Lima, 2020), a implementação dessas normas é fundamental para garantir que as cidades brasileiras sejam mais inclusivas e acessíveis, promovendo a igualdade de oportunidades e a integração social e estabelecendo critérios para o dimensionamento de rampas, calçadas, escadas, sinalização tátil, por exemplo, e vagas reservadas às pessoas com deficiência, usando como base o desenho universal, que são ambientes desenvolvidos para que possa ser acessível a todos. Porém, observa-se que as leis e os decretos precisam de uma maior articulação e concretização entre as esferas federais, estaduais e municipais. A consequência da desarticulação e/ou inexistência de políticas públicas de acessibilidade e mobilidade, privam a locomoção e atinge diversas áreas da vida, não só do portador de deficiência, mas dos entes e do entorno.

3. MÉTODOS

A pesquisa apresenta uma abordagem participativa e qualitativa. Enquanto pesquisa qualitativa, utiliza, principalmente, a observação como tática, em função das especificidades de cada abordagem e estratégias mistas, combinadas também em função das características de cada enfoque. Com o trecho selecionado e a área de estudo determinada, o levantamento de campo foi realizado para análise do espaço e a coleta de registros fotográficos acompanhados das observações quanto ao uso do espaço. Os instrumentos utilizados no levantamento foram câmera de celular, trena digital e trena manual. Ainda foram realizados e analisados: levantamento histórico bibliográfico, buscando compreender as relações e usos da rua; questões morfológicas da área (apresentadas em mapas síntese do uso do solo, figura e fundo e arborização urbana) cortes esquemáticos (perfil transversal da via) e vistas esquemáticas (gabarito, fachadas e *skyline*), onde foram observados o perfil da rua, as tipologias das fachadas (analisando as mudanças ocorridas), sendo essas informações inseridas numa tabela confeccionada pelas autoras; além dos critérios de acessibilidade para pedestre e veículos e a presença de vegetação de porte arbóreo.

Os procedimentos utilizados no estudo foram: levantamento bibliográfico, observações diretas não participativas, registros fotográficos. Esses procedimentos permitiram anotações referentes ao uso do solo e ao gabarito das edificações nos dois lados da via, que, por sua vez, possibilitaram a construção do perfil da via e as *skylines*; as observações diretas não participativas e as fotografias

das fachadas permitiram elaborar os mapas sínteses, a construção de tabelas com as informações das fachadas, analisar e refletir sobre os desafios encontrados, e estudar soluções que busquem atender as demandas da sociedade atual.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACs) têm desempenhado um papel relevante na manutenção da função residencial no Centro e na promoção da diversidade de usos. Ao limitar as possibilidades de renovação das construções, a APAC contribui para a redução do preço do solo, tornando-o mais acessível para atividades de menor retorno financeiro, como pequenos comércios e residências. Para a elaboração do Mapa de Uso do Solo, foram utilizadas informações do Mapa de Uso do Solo do DataRio e realizadas análises através de um passeio virtual pelo Google Satélite. Por fim, essas informações foram verificadas durante uma visita in loco, realizada em 11 de maio de 2024. Observou-se que a maioria das edificações da Rua do Lavradio é de uso comercial, seguidas pelos usos institucional e comercial, em menor proporção. Há também duas pequenas áreas abertas: uma desocupada (esquina com a Rua Visconde do Rio Branco) e outra que serve como espaço de lazer para a feira em ocasiões específicas, pois é gradeada e possui portões - Praça Emilinha Borba (Figura 1a). Estes dados mostram as transformações de uso e atividades desenvolvidas na Região Central da Cidade do Rio de Janeiro. Já o mapa de figura e fundo (Figura 1b), permite observar a predominância das edificações em relação aos espaços livres. Nota-se que os lotes possuem alta taxa de ocupação, sem afastamentos frontais ou laterais, que caracteriza a ocupação inicial das áreas. Os espaços livres públicos de edificação, na área, são representados, apenas, pelas vias, pela Praça Emilinha Borba e pela calçada ampliada na esquina das ruas do Lavradio com Visconde do Rio Branco. A Praça, geralmente é aberta aos sábados, por conta da Feira de Antiguidades.

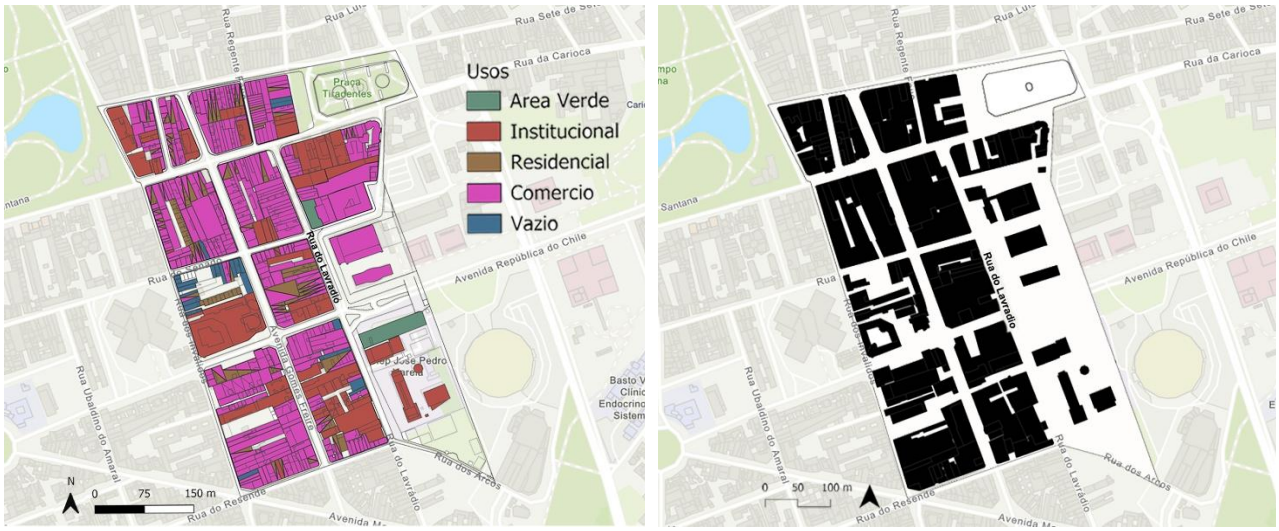

Figura 1: 1a - Mapa de uso do solo – 1b - Figura e fundo
Fonte: Acervo da Pesquisa, elaborado no ArcGIS – 2024

Os registros fotográficos permitiram observar e montar o perfil da rua, a partir de colagens. Assim, foi possível visualizar melhor as fachadas e as suas peculiaridades. Este material ajudou a compreender a variedade arquitetônica e as mudanças de gabarito ocorridas ao longo dos anos. E assim, ao analisar a altura das edificações e os vãos entre elas, foi possível observar que os prédios que mantêm suas fachadas originais, conforme as normas da APAC, seguem um padrão de altura que varia de um a quatro pavimentos. A análise da *skyline* mostra, ainda, uma interrupção abrupta do padrão arquitetônico com a inserção dos edifícios contemporâneos, que geram uma fragmentação visual e destacam a dificuldade de manter as características descritas nas diretrizes da APAC. (Figura 2)



Figura 2 – Perfil da Rua e *Skyline*
Fonte: Elaborado pela autora - 2024

Essas características são fundamentais, ainda, para o entendimento de como os edifícios contribuem para a identidade histórica da rua e como a arborização se relaciona com os gabaritos e largura das calçadas. No lado par, não há vegetação na calçada em frente aos edifícios, somente as palmeiras na esquina com a Rua Visconde do Rio Branco, como já citado. A prioridade deste lado da rua, dá-se por conta da visibilidade das fachadas contribuindo para o cenário que abriga a Feira do Rio Antigo. Ao avaliar essa variedade arquitetônica foi possível criar uma tabela de análise dessas fachadas. Esta tabela relaciona às características de cada edificação, como: tipo de revestimento (granito, azulejo, pedra, pintura artística ou concreto aparente), presença de vegetação no revestimento, existência de sacadas, guarda-corpos, grades, frontões, tipos de esquadrias, entrada de garagem e o uso atual do patrimônio. A Tabela 1 é uma parte da tabela do lado par da Rua do Lavradio e exemplifica o método em que os elementos foram observados com o número correspondente no perfil.

Número das Edificações no Perfil da Rua do Lavradio – Lado Par											
Elementos Encontrados	**01**	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**	**11**
Revestimento das Paredes:											
Reboco c/ pintura comum	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Reboco c/ pintura artística	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Azulejos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Granito	-	-	-	-	-	-	x	x	x	x	-
Pedra	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem revestimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entrada de garagem	-	x	-	-	-	-	x	-	x	-	-
Estrutura aparente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vegetação no revestimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concreto aparente	-	-	-	x	x	-	-	-	-	-	-
Cor predominante	Rosa	Creme	Amarelo	Marrom	Laranja	Bege	Azul	Salmão	Laranja	Bege	Marrom
Pavimentos superiores:											

Sacadinhas	-	-	x	-	-	x	-	x	x	x	x
Guarda-corpo de ferro	-	-	-	-	-	x	-	x	x	x	x
Guarda-corpo de alvenaria	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	x
Guarda-corpo de gesso	x	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-
Frontão	x	-	-	-	-	x	x	x	-	x	x
Data no frontão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Esquadrias:											
Madeira	-	-	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Alumínio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vidro	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ferro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mista	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-
Fixa	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
De abrir c/ bandeira fixa	x	-	x	x	x	x	x	x	x	x	x
De correr	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cor da pintura	Azul	-	Amarelo	Preto	Branca	Branca	Branca	Azul	Branca	Marrom	Vinho
Uso:											
Comercial	-	x	x	x	x	x	-	x	-	x	-
Institucional	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x
Habitacional	-	-	x	-	x	x	x	x	-	-	-
Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Educacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x
Estacionamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Corporativo	-	-	-	-	-	-	x	-	x	-	-



Tabela 1: Tabela de Análise das Fachadas
Fonte: Elaborada pelas autoras (2024).

4.1. ARBORIZAÇÃO

A arborização urbana fornece vários benefícios, como nos aspectos ambientais, econômicos, sociais e, também inclui, os estéticos. Com relação aos aspectos ambientais, as árvores exercem grande relevância na melhoria das condições climáticas locais, contribuindo para o conforto ambiental. Por essa razão, a escolha das espécies é de grande importância, pois não deve ser feita somente com base em critérios estéticos, econômicos ou culturais. No caso das palmeiras, a escolha está intimamente ligada às questões estéticas e culturais. A história ajuda a compreender como se firmou a construção da memória cultural da paisagem sobre as palmeiras-imperiais. A famosa *Palma mater* de D. João VI existiu até 1972, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, quando foi atingida por um raio, vivendo 163 anos e alcançando 38,70 metros de altura. Um novo exemplar foi plantado em seu lugar, denominado Palma filia, de onde descendem todas as palmeiras imperiais (*Roystonea oleracea*) do Brasil, características das paisagens do Império, que marcaram a aparência das fazendas com suas majestosas alamedas (Araújo e Silva, 2010). Gilberto Freyre lembra que as casas eram guarnecidas quase sempre de palmeiras, e ainda que:

> ...as palmeiras imperiais se tornaram, na ecologia patriarcal do Brasil, a marca ou anúncio de habitação ou casa nobre, com pretensão a eterna ou imortal; e também a marca dos cemitérios ilustres ou dos túmulos monumentais (Freyre, 1981, p. LX).

No mapa de arborização (Figura 4), destaca-se a localização de árvores e palmeiras, ao longo da rua. Por volta de 1999, as palmeiras que foram implantadas no trecho central adicionaram um toque de imponência à área. Na esquina da Rua do Lavradio com a Rua Visconde do Rio Branco, o espaço livre apresenta poucas espécies vegetais, como a clúsia (*Clusia fluminensis*) plantada em jardineiras e as palmeiras Jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), dispostas em fileiras na calçada, com golas estreitas. No lado ímpar da rua, entre a Rua da Relação e a Rua do Senado, há algumas árvores de pequeno porte recém-plantadas e alguns ipês (*Handroanthus heptaphyllus*). As palmeiras-imperiais (*Roystonea oleracea*) estão plantadas no canteiro da calçada central, sem qualquer vegetação rasteira de forração.



Figura 4 – Mapa de arborização
Fonte: Acervo da Pesquisa, elaborado no ArcGIS - 2024

4.2. ANÁLISE DE ACESSIBILIDADE

É importante notar que os desafios com acessibilidade são antigos, pois no princípio dos anos 1990, a Rua do Lavradio funcionava como local de moradia de baixa renda, depósitos, brechós e como passagem de pedestres. Não havia investimento por parte do governo,

> [...] as calçadas eram estreitíssimas, com cerca de 80 centímetros de largura, a iluminação era precária, o asfalto completamente esburacado, o esgoto aflorava pelos bueiros e o sistema de drenagem de águas pluviais não funcionava. [...] os prédios [...] apesar de preservados por lei municipal, acompanhavam os padrões da rua: malconservados, invadidos e alguns abandonados (Pinheiro, 2007, p.141).

Outra problemática ocorreu em 1992, com à transferência do terminal de ônibus do Largo de São Francisco para a Rua do Lavradio, onde hoje é o canteiro central. Parte da população não aceitou essa iniciativa por parte da prefeitura e recorreram junto ao Ministério Público do Estado, porém, sem êxito. Com o passar do tempo, a rua foi remodelada e, em outubro de 1998, o terminal foi extinto. A mobilidade da rua é um tanto complicada, pois o canteiro central só possui uma passagem para pedestre próximo à Escola Municipal Celestino, pois o sentido da via com o cruzamento da Rua da Relação com a Avenida República do Chile, não contribui para uma faixa de pedestres nesta esquina, a faixa existente está do outro lado. O pedestre que deseja atravessar para a calçada ímpar, precisa atravessar a Rua da Relação para depois a travessar a Rua do Lavradio, e atravessar as três faixas de pedestre da Avenida República do Chile, ou seja, se arriscam forçando a travessia sem faixa passando pelo canteiro central.

Apesar das várias mudanças ocorridas no trecho analisado no decorrer dos anos, segundo critérios de acessibilidade, alguns problemas ainda foram identificados. As calçadas, revestidas de pedra portuguesa, estão em bom estado de conservação, com poucos buracos cimentados e nivelados. Na lateral da Sociedade Brasileira de Belas Artes (SBBA), na Rua da Relação, as pedras portuguesas complementam as pedras de granito antigas, que faziam parte do antigo prédio. No lado par da rua, entre a Rua da Relação e a Rua do Senado, o passeio tem três metros de largura, mas há postes de iluminação no meio da calçada. A calçada central não possui acessibilidade adequada, já que o meio-fio tem mais de 20 cm de altura. Além disso, devido à Feira de Antiguidades, as pessoas estacionam do outro lado do canteiro. No lado ímpar, a via é de mão única e há um ponto de táxi. Nesse trecho, o passeio é mais amplo, com mais de oito metros, e conta com uma estação de bicicletas Itaú, um hidrante e uma banca de jornal. Entre a Rua do Senado e a Rua Visconde do Rio Branco, a pavimentação é de paralelepípedos, o que dificulta a caminhada nesse trecho, destinado apenas a pedestres, porém, em determinadas visitas, conseguimos flagrar carros estacionados na calçada do lado par da rua. O passeio segue com pedras portuguesas, mas as mesas e cadeiras de restaurantes estão dispostas sobre as calçadas, que têm a mesma altura da rua. Entre a Rua da Relação e a Rua do Senado, a via é asfaltada e a calçada segue o mesmo formato. O corte esquemático permite verificar essas características (Figura 5).



Figura 5 – Corte esquemático
Fonte: Acervo da Pesquisa - 2024

4.3. DISCUSSÕES

A Rua do Lavradio representa um cenário de grande importância histórica e cultural, mas existe um constante desafio em equilibrar a preservação de seu patrimônio com os usos contemporâneos e as demandas por acessibilidade (aumento de veículos e pessoas), novos usos e ocupações, deterioração dos imóveis, plantio inadequado (sobretudo pelas dimensões dos passeios), por exemplo. Pode-se pontuar alguns desafios na preservação como manter a integridade histórica enquanto permite a adaptação para novos usos, sendo um ponto central nas políticas de conservação. É fundamental equilibrar a preservação patrimonial com a funcionalidade e a inclusão de forma que o espaço histórico seja dinâmico e adaptável, sem perder sua essência cultural e arquitetônica e que permita compatibilizar a arborização. Por tudo que se avaliou, observa-se: Mono

plantio de palmeiras que não fornecem sombra; Canteiros com áreas insuficientes para desenvolvimento de árvores de grande porte, devido, sobretudo a largura dos passeios; Interrupção abrupta do gabarito das edificações mais antigas, pela ocupação de edifícios de gabarito elevado; Processos de degradação física dos edifícios e das áreas livres públicas; Pavimentação inadequada para pedestres; calçadas sem sinalização tátil; meios-fios do canteiro central com apenas uma rampa de acesso; apropriação indevida da calçada por mesas, produtos comercializados e automóveis; falta de espaço físico para o desenvolvimento de árvores, mesmo em espaços mais amplos (golas apertadas e compactação do solo).

5. CONCLUSÕES

A partir dos resultados iniciais, pode-se concluir que as análises efetuadas revelaram os desafios da preservação do patrimônio cultural com as demandas atuais da sociedade. O trabalho também serve como modelo para que o método usado na pesquisa possa ser empregado em outras áreas do Centro da Cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa permite, ainda a construção de mapas síntese para facilitar a leitura da área, o que se pretende trabalhar na sequência. Deste modo, a pesquisa segue ampliando conhecimentos sobre as áreas centrais do Rio de Janeiro, com foco principal nas relações do patrimônio cultural edificado com a arborização, a acessibilidade e as novas demandas da sociedade, reunindo informações que sirvam para o banco de dados da Prefeitura do Rio, ou que sejam relevantes para uma possível intervenção.

Um fator importante a se considerar é que as pesquisas em espaços livres públicos requerem mais de um pesquisador em campo, para as anotações, medições e registros fotográficos. No entanto, este fato dificulta a conciliação dos horários, dificuldade que se agrega às questões climáticas e à falta de segurança nas ruas para os pesquisadores. Também se destaca a necessidade de uma abordagem integrada que considere aspectos estéticos, ambientais e sociais na gestão do espaço urbano, e se percebe a importância da participação da comunidade na preservação e valorização do patrimônio.

Avançar neste estudo significa reconhecer o valor de cada área enquanto patrimônio e buscar soluções que respeitem sua história e a atualidade. Sendo possível observar a necessidade de preservação do patrimônio histórico e as relações com as novas demandas urbanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOTTI, F. B. **Rua do Lavradio: cartografando traços e rastros do coletivo-lugar.** [s.l.] UFRJ/FAU, 2013.

APAC. **Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC): da idealização à banalização do patrimônio cultural** – RJ / Cláudio Antônio Santos Lima Carlos. - Rio de Janeiro: [s.n.], 2008.

ARAÚJO, João S. de Paula; SILVA, Ângelo Márcio S. **A PALMEIRA IMPERIAL: DA INTRODUÇÃO NO BRASIL-COLÔNIA ÀS DOENÇAS E PRAGAS NO SÉCULO XXI.** Cienc. Cult. vol.62, n°1. São Paulo.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Dispõe sobre a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 24 mar. 2025.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1981.v1.p.LX

HESSLEROVÁ, P.; POKORNÝ, J.; HURYNA, H.; SEJÁK, J.; JIRKA, V. **The impacts of greenery on urban climate and the options for use of thermal data in urban areas.** Progress in planning, v. 159, 100545, 2022. DOI: 10.1016/j.progress.2021.100545.

IRMAK, M.A.; YILMAZ, S.; MUTLU, E.; YILMAZ, H. **Assessment of the effects of different tree species on urban microclimate.** Environmental Science and Pollution Research, v.25, n.16, p. 15802–15822, 2018. DOI: 10.1007/s11356-018-1697-8.

JÚNIOR, A.C.S.O.; BRANDÃO, A.M. de P.M. **O Sistema Clima Urbano da Ilha do Fundão (Rj): Subsídio para o Planejamento Urbano**. Revista Brasileira de Geografia Física, v.8, n.1, p.113-127, 2015.

JUSTI, A.C.A. et al. **Impacto da morfologia de parque urbano no microclima e no conforto térmico de Cuiabá – Brasil**. Revista Brasileira de Climatologia, v. 24, jan./jun. 2019. DOI: 10.5380/abclima.v24i0.58644.

LIMA, J. P. **Normas técnicas de acessibilidade: análise e aplicação da NBR 9050:2020 em espaços públicos.** Brasília: Senado Federal, 2020.

OLIVEIRA, Y. L. M. de; CALIXTER, A. L. **Conforto térmico em áreas verdes urbanas: simulação do microclima na Praça da Liberdade, em Teresina – PI.** Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Paranoá, Brasília, v.1, n.30, 2021. DOI: 10.18830/issn.1679-0944.n30.2021.13.

NAÇÕES UNIDAS. **ONU declara que meio ambiente saudável é um direito humano.** [*S. l.: s. n.*], 2022. Disponível: https://brasil.un.org/pt-br/192608-onu-declara-que-meio-ambiente-saud%C3%A1vel-%C3%A9-um-direito-humano

PINHEIRO, Eliane Canedo de Freitas. **Rua do Lavradio. Rio de Janeiro: Rio Scenarium Decorações e Antiguidades**, 2007.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Centros Históricos, Cadernos Técnicos**, v.9, Organização, IPHAN,2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec9_CadernoAcessibilidade_m.pdf; Acesso em: 26 jun. 2024.

RIO DE JANEIRO. **Lei n°9411 de 21 de setembro de 2021**. Reconhece a Rua do Lavradio como patrimônio imaterial cultural do estado. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro(Alerj):http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=53&url=L2NvbnRsZWkubnNmL2M4YWEwOTAwMDI1ZmVlZjYwMzI1NjRlYzAwNjBkZmZmLzI5N2ZhODExZDhhYWQ0ZWUwMzI1ODc1YjAwMDJkZWFhP09wZW5Eb2N1bWVudA. Acesso em: 24 mar. 2025.

SCHWAAB, J.; MEIER, R.; MUSSETTI, G. et al. **The role of urban trees in reducing land surface temperatures in European cities.** Nat Commun v.12, n.6763, 2021. DOI: 10.1038/s41467-021-26768-w.

VASCONCELLOS, V. M. N.; **Método para a classificação da permeabilidade de copa de árvores**. V!RUS, São Carlos, n. 20, 2020. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=4&item=13&lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2025.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. As autoras agradecem à FAPERJ (Bolsa de Iniciação Científica), ao CNPq, PROARQ-FAU-UFRJ e a todos os integrantes do Grupo ProConf.